

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI 6788, DE 2017

Dispõe sobre o cargo de Analista em Tecnologia da Informação da Carreira de Tecnologia da Informação, cria o Plano Especial de Cargos de Apoio da Advocacia-Geral da União, estrutura a Carreira de Suporte às Atividades Tributárias e Aduaneiras da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências.

EMENDA Nº , DE 2017 (Da Deputada Gorete Pereira)

Dê-se ao artigo 25 a seguinte redação:

Art. 25. O desenvolvimento do servidor nas carreiras e nos cargos do PEC-AGU ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para os fins desta Lei progressão funcional é a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior, dentro de uma mesma classe, e promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior, observando-se os seguintes requisitos:

I - para a progressão funcional: e

a) interstício mínimo de doze meses de efetivo exercício no padrão; e

b) resultado médio superior a setenta por cento do limite máximo de pontuação nas avaliações de desempenho individual realizadas no interstício considerado para progressão.

II - para a promoção:

a) interstício mínimo de doze meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe;

b) resultado médio superior a oitenta por cento do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual realizadas no interstício considerado para a promoção; e

c) participação em eventos de capacitação com carga horária mínima estabelecida em ato do Advogado-Geral da União.

§ 2º Os procedimentos específicos para fins de progressão e promoção serão estabelecidos em ato do Advogado-Geral da União.

§ 3º Os interstícios de doze meses de efetivo exercício para a progressão funcional e para a promoção, conforme estabelecidos na alínea “a” do inciso I e na alínea “a” do inciso II do § 1º, serão:

.....
.....

JUSTIFICATIVA

Atualmente, cerca de 80% dos Servidores da área administrativa da AGU são pertencentes ao PGPE (Plano Geral do Poder Executivo). No PGPE o interstício para

progressão e promoção é de 12 meses. O PL 6788/2017 altera o prazo para 18 meses.

Como exemplos recentes de legislação sobre interstício, os artigos 11 e 12 da Lei nº 13.325, de 29.07.16 alterou o prazo de interstício dos servidores do FNDE de 18 para 12 meses. Outro exemplo: os artigos 36, 37 e 38 da Lei nº 13.325, de 29.07.16, alterou o prazo do interstício dos servidores da ABIN de 18 para 12 meses.

No próprio PL 6788/2017, o artigo 16 estabelece o prazo de 12 meses de interstício para progressão e promoção dos servidores da carreira de Tecnologia da Informação.

Sala da Comissão, de abril de 2017.

GORETE PEREIRA
Deputada Federal